JORNAL DO JUDICIÁRIO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ / EDIÇÃO Nº 5

A VEZ DO INTERIOR

APÓS FASE EXPERIMENTAL EM FORTALEZA, CIDADES DO INTERIOR CEARENSE RECEBEM AS AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA E CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÕES DE CONFLITOS E CIDADANIA. É O JUDICIÁRIO PREOCUPADO COM UMA MELHOR GESTÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO E COM A PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ.

Pgs 7, 8 e 9

PROGRAMAS
Aumentam vagas para ressocialização de presos
Pg. 4

PARCERIA
Famílias são beneficiadas com 70% menos taxas
Pg. 10

ATÉ 152 VIDAS SALVAS EM PARCERIA COM HEMOCE
Pg. 13

Expediente

GESTÃO DO JUDICIÁRIO

PRESIDENTE: Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale
VICE-PRESIDENTE: Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes
CORREGEDOR-GERAL: Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva
DIRETOR DO FÓRUM CLÓVIS BEVILÁQUA: Juiz José Maria Sales
DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA: Desembargador Paulo Francisco Banhos Ponte

JORNAL DO JUDICIÁRIO
PUBLICAÇÃO OFICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO/ EDITORA-GERAL: Silvia Goes
SUBEDITOR: Bruno de Castro
REDAÇÃO: Ana Carolina de Palhano, Bruno de Castro, Camilla Carneiro, Emanuelly Néri, Mariana Galvão, Priscila Teixeira, Rebeca Nolêto, Rodrigo Barros, Rodrigo França, Thyliana Costa e Ulysses Sousa
COLUNISTA: Edson Gomes e Luciberto Forte
PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Calvin Penna e Rannjon Mikael
FOTOGRAFIA e BANCO DE IMAGENS: Calvin Penna, Rannjon Mikael, Freepick e Pixabay

www.tjce.jus.br
imprensa@tjce.jus.br
facebook.com/tjceoficial
twitter.com/tjcenoticias

Editorial

Depois de uma experiência exitosa em Fortaleza, as audiências de custódia e os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, os Cejuscs, passam a contemplar o interior do Ceará. Trata-se de uma decisão ousada da presidente Iracema Vale, a de expandir os programas. Ousada porque o Judiciário passa a influenciar dois campos ligados às suas competências, mas que não são suas obrigações legais. Um é a gestão do sistema carcerário, sob a tutela do Governo do Estado. Ao fazer audiências de custódia em todo o Ceará, o TJCE terá condições de decidir de forma mais cautelosa pela prisão só de quem de fato deve estar encarcerado. Com isso, pretende-se reduzir a quantidade de detentos por delitos de baixo potencial ofensivo que podem ser reintegrados socialmente com medidas cautelares. Assim, o Executivo poderá trabalhar melhor a reinserção daqueles que de fato devem estar em penitenciárias. O outro campo é o de fomento da cultura de paz. Com os Cejuscs, os magistrados terão uma possibilidade muito maior de realizar acordos entre as partes de demandas na iminência de virarem um processo. Ou seja: a Justiça vai estimular as pessoas a conversarem civilizadamente e, assim, evitar que causas simples superlotem os fóruns. Como tudo isso vai funcionar você fica sabendo nas próximas páginas, que também anunciam o aumento de vagas para a capacitação de apenados e egressos dos presídios, o nascimento de um projeto em Ipueiras para aproximar o Judiciário de crianças e adolescentes e a definição de novembro como o Mês Nacional do Júri. Além disso, nós vamos mostrar a ação do Tribunal que reduziu em 70% as taxas cartorárias de famílias de baixa renda de um programa governamental, a ação solidária do Fórum Clóvis Beviláqua que pode ter salvo 152 vidas e a digitalização de processos. Também tem dicas culturais. Não vai ficar de fora.

Boa leitura!

Silvia Goes
Assessora de Comunicação do TJCE

PROJETO > IPUEIRAS

Judiciário + Escolas UM MUNDO MELHOR

CERCA DE 3.000 ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO TERÃO CONTATO PERMANENTE COM A JUÍZA, NUMA FORMA DE APROXIMAR O JUDICIÁRIO DA SOCIEDADE

Distante 304 quilômetros de Fortaleza, a cidade de Ipueiras inicia em maio um programa cuja proposta é aproximar o Judiciário da sociedade por intermédio de quem tem um poder transformador enorme: as crianças e os adolescentes. A iniciativa chama "Justiça se aprende na escola" e foi pensada pela juíza Tássia Siqueira.

Recém-empossada para o cargo, a magistrada revela que o projeto é inspirado em iniciativa desenvolvida no estado do Paraná. Tássia assumiu no fim de fevereiro último, na maior posse da história do TJCE, junto com outros 75 aprovados em concurso de 2014 para juiz de Entrância Inicial.

Segundo a juíza, o "Justiça se aprende na escola" vai levar informações do Judiciário e dos serviços que ele oferece à população a partir dos jovens. "Como o público infantojuvenil é agente multiplicador de informação, o programa possibilitará a difusão de conhecimentos aos familiares e à comunidade, além de conscientizar sobre direitos e deveres, e a forma de exercê-los", acredita Tássia Siqueira.

O TJCE e a Prefeitura de Ipueiras atuarão juntos. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, as ações devem alcançar aproximadamente três mil alunos da rede pública de ensino do município-sede, dos distritos e da zona rural.

A ideia é que a juíza Tássia Siqueira visite semanalmente uma escola. Ela irá ministrar palestra aos estudantes. Com isso, pretende esclarecer noções de cidadania, direitos e a forma como exercê-los, buscando orientar e aproximar o Judiciário da população.

Além disso, a magistrada divulgará premissas do novo Código de Processo Civil (CPC) sobre a possibilidade de disputas serem resolvidas sem a necessidade da decisão de um juiz, bastando serem levadas a uma audiência de mediação/conciliação.

Juiza Tássia Siqueira

EM FORTALEZA, a busca é por pais

Na Capital, o Judiciário também firmou parceria com a Prefeitura. Será feita uma força-tarefa da Corregedoria Geral da Justiça e da Secretaria da Educação nas escolas públicas municipais no intuito de diagnosticar o maior número possível de alunos sem o nome do pai na certidão de nascimento e que podem ter esse direito assegurado.

Trata-se de mais uma frente de trabalho do programa "Pai Presente", no qual o Ceará é referência nacional. A mobilização começará no dia 21 de maio e acontecerá sempre aos sábados, em uma escola de cada um dos seis distritos de Fortaleza.

Coordenadora do programa no Estado, a juíza auxiliar da Corregedoria, Roberta Ponte Marques Maia, acredita que, com o mutirão, "muitas crianças terão garantidos o direito à paternidade, previsto na Constituição."

Segundo o secretário de Educação de Fortaleza, Jaime Cavalcante, "essa força-tarefa é extremamente importante para diminuir o número de crianças que se encontram sem a paternidade reconhecida."

MAIS GENTE VAI PODER RECOMEÇAR

TRIBUNAL AMPLIA VAGAS DE PROGRAMAS DE RESSOCIALIZAÇÃO DE APENADOS E EGRESSOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO. SERÃO 120 NOVAS OPORTUNIDADES DE RECOMEÇOS

Só cresce a rede de parceiros do Judiciário cearense para ajudar na ressocialização de presos e de quem saiu recentemente do sistema carcerário. Novos convênios firmados entre o TJCE e entidades públicas e privadas garantem mais vagas a dois projetos de capacitação e recolocação no mercado de trabalho.

O primeiro deles é o "Aprendizes da liberdade", que terá 50% mais participantes. A iniciativa oferece educação básica e é uma das frentes de ação do "Um novo tempo", programa que concentra várias outras ações de reinserção social. Ele é gerido pela 2ª e 3ª Varas de Execução Penal de Fortaleza, sob o comando dos juízes Cézar Belmino e Luciana Teixeira.

O "Aprendizes da liberdade" ganhará 100 novas vagas. Elas serão somadas às 199 hoje ocupadas por presos em regime semiaberto. Ao invés de ficarem recolhidos nas unidades prisionais durante os fins de semana, os apenados participam de cursos de alfabetização, nível fundamental e médio.

Além do "Aprendizes da liberdade", o Judiciário também ampliou o alcance do "Reconstruir", um projeto em parceria com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Ceará (Sinduscon) que oferta trabalho em canteiros de obra de Fortaleza. Vinte novas vagas foram abertas. Elas somam-se às 52 existentes atualmente. Um aumento de 38% na oferta.

Em breve, as Varas de Execuções Penais de Fortaleza firmarão parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac-Ceará) para a oferta de curso profissionalizante de assistente-administrativo.

A ideia é que, a princípio, 40 vagas sejam abertas. O curso vai acontecer no Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, por meio da Seção de Capacitação. Deve durar os meses de maio e junho.

Juiz Cézar Belmino

Juiza Luciana Teixeira

SAIBA MAIS

Criado em 2013, o programa "Um Novo Tempo" reúne uma série de projetos de ressocialização realizados pelas Varas de Execução Penal de Fortaleza e hoje beneficia 290 pessoas.

As aulas do "Aprendizes da liberdade" são ministradas por profissionais do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), do Governo do Ceará.

Além dos 290 hoje beneficiados pelo "Um novo tempo", outros 182 apenados estão em processo de seleção. Desde que foi implementado, o programa já beneficiou diretamente 464 pessoas.

Os assistidos pelo programa contam com benefícios como trabalho remunerado, estudo, capacitações profissionais, acompanhamento psicossocial e encaminhamentos para tratamentos psicológicos.

Além disso, contam ainda acompanhamento psicossocial e, quando necessário, encaminhamentos para tratamentos psicológicos.

O "APRENDIZES DA LIBERDADE" GANHARÁ 100 NOVAS VAGAS. ELAS SERÃO SOMADAS ÀS 199 HOJE OCUPADAS POR PRESOS EM REGIME SEMIABERTO. AO INVÉS DE FICAREM RECOLHIDOS NAS UNIDADES PRISIONAIS DURANTE OS FINS DE SEMANA, **OS APENADOS PARTICIPAM DE CURSOS DE ALFABETIZAÇÃO, NÍVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO.**

PROJETO É APRESENTADO À **FIEC**

O esforço para ampliar ainda mais o "Um novo tempo" parte também da presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale. Acompanhada dos juízes César Belmino e Luciana Teixeira, responsáveis pelo programa, ela apresentou a iniciativa ao presidente da Federação das Indústrias do Ceará (Fiec), Beto Studart, numa tentativa de incluir a entidade na contratação de presos e recém-saídos do sistema penitenciário.

Iracema Vale classificou o programa como "uma das melhores iniciativas do Judiciário cearense". Em 2015, o "Um novo tempo" recebeu o prêmio de responsabilidade social do Sinduscon.

Para César Belmino, uma parceria com a Fiec possibilitaria a abertura de novas vagas e daria ainda mais credibilidade à iniciativa. "Quanto maior for o número de beneficiados, maiores são as chances de diminuição da violência", avalia o magistrado.

Beto Studart elogiou o trabalho. "É louvável ver o Judiciário envolvido em algo que não busca prender, mas soltar com responsabilidade", reconheceu, comprometendo-se a colocar a parceria na pauta de reunião com os filiados à Federação. "Agora vamos levar a todos os industriais para que eles possam conhecer a fundo o programa."

MULTIMÍDIA
Confira o vídeo promocional do programa "Um novo tempo"
Clique aqui!

De Acordo!

Luciberto Forte
Jornalista
lucibertofo@tjce.jus.br

PRÊMIO DE JORNALISMO

Aviso aos colegas jornalistas: as inscrições para a XI edição do Prêmio AMB de Jornalismo estão abertas até o dia 16/5/2016. O prêmio, criado em 2004 pela Associação dos Magistrados Brasileiros, é um estímulo à produção de reportagens sobre a importância do Judiciário e da magistratura como sustentáculos do Estado Democrático de Direito. Mais informações: www.amb.com.br/premio2016

VALE A LEITURA

Lançada a 10ª edição do "Anuário da Justiça", uma publicação da revista eletrônica Consultor Jurídico. Publicação recomendada para quem é ou não do ramo. Os textos são claros e sem rebuscamento ou juridiquês, contendo informações sobre tribunais, ministros e decisões. Tá la: dos 11 ministros que compunham o Supremo Tribunal Federal, em 2006, cinco continuam em atividade: Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski (presidente) e Carmen Lúcia, todos empossados naquele mesmo ano.

ENCONTRO CONFIRMADO

A logística (área da gestão responsável por prover recursos, equipamentos e informações para a execução de todas as atividades de um evento) do Tribunal de Justiça está empenhada na programação do 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça do Brasil, confirmado para os dias 9 e 10 de junho, em Fortaleza, tendo como anfitriã a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale. A magistrada integra a Comissão Executiva do Conselho, com mandato até dezembro de 2017.

SÚMULAS

A Comissão de Jurisprudência e Biblioteca do TJCE, atendendo determinação da Resolução nº 05/2015, do Órgão Especial, que trata do Projeto Estratégico, está finalizando a criação de uma forma sistemática de abordagem das demandas repetitivas. O projeto visa a implantação das jurisprudências em ações judiciais cujo objeto e razão de ajuizamento são comuns entre si, agilizando, assim, o julgamento das demandas por meio de súmulas.

AMOR > CASAMENTO COLETIVO

Além da ampliação das vagas de ressocialização, os apenados e recém-saídos do sistema prisional atendidos pelos projetos das Varas de Execuções Penais de Fortaleza foram beneficiados também com a realização de um casamento coletivo. Três casais que se apaixonaram durante as ações do "Fábrica Escola" uniram-se. Foi a segunda solenidade do tipo promovida pelas VEPs.

AMPLIAÇÃO > AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA

Chegou A VEZ DO INTERIOR!

Fortaleza serviu como piloto de uma iniciativa que pode revolucionar os sistemas cearenses de Justiça e Penitenciário. Antes demorado, o encontro de um preso em flagrante com um juiz vai acontecer no menor tempo possível

Após sete meses de período experimental em Fortaleza, as audiências de custódia são realidade também no interior do Ceará. Com isso, toda pessoa presa em flagrante, independente do que tenha ocasionado a detenção, deve ser apresentada a uma autoridade judicial no menor tempo possível para ser ouvida sobre o ocorrido.

Originado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o programa foi expandido no Ceará graças a aprovação de resolução no Órgão Especial do TJCE que trata da implantação em todas comarcas interioranas. Dessa forma, o auto de flagrante deve ser enviado ao juiz pela autoridade policial em, no máximo, 24 horas.

A citação da magistrada é quase uma síntese do que acontece após o juiz receber o auto de flagrante da Polícia. Fica a critério dele avaliar se o caso é de concessão de liberdade provisória, de manutenção da prisão ou de submissão do detido a alguma medida cautelar.

Em Fortaleza, boa parte dos presos levados a audiências de custódia recebe algum tipo de sanção. "Estamos conseguindo atingir 40% de liberações. A maioria são medidas cautelares, algumas com tornozeleiras eletrônicas. O trabalho da Central de Acompanhamento e Monitoramento das Medidas Cautelares também tem sido muito eficiente. Eu considero isso o braço forte do programa", pontua a juíza titular da Vara Única de Audiências de Custódia da capi-

> "A EXPERIÊNCIA DE FORTALEZA FOI IMPORTANTE PARA AVALIARMOS O ALCANCE DO PROGRAMA E FAZERMOS AJUSTES. AMPLIAR AS AUDIÊNCIAS É UMA FORMA DE O JUDICIÁRIO COLOCAR EM PRÁTICA A PREMISSA DE ALGUÉM SÓ SER PRESO SE DE FATO MERECER. NÓS NÃO PODEMOS TRATAR DA MESMA FORMA UM ACUSADO DE FURTO E UM ASSASSINO. PRESÍDIOS LOTADOS NEM SEMPRE SIGNIFICAM UMA SOCIEDADE PACIFICADA. A QUESTÃO DA SEGURANÇA É MAIS AMPLA DO QUE AÇÕES POLICIAIS OU PENITENCIÁRIAS. É TAMBÉM A GENTE SABER TRATAR CADA CASO.
>
> -Presidente *Iracema Vale*

tal, Marlúcia de Araújo Bezerra.

No Interior, as audiências de prisões que ocorrerem em comarcas vinculadas poderão acontecer nos municípios-sede, desde que devidamente precedidas as intimações necessárias.

Nós vamos fazer a implantação de uma maneira gradativa, pegando primeiramente as comarcas maiores, mas, até o final do ano, pretendemos colocar em todo o Estado", adianta a coordenadora do programa Audiência de Custódia no Ceará, desembargadora Francisca Adelineide Viana.

"PARA CONVENIAR, AS INSTITUIÇÕES TÊM QUE SE PRONTIFICAR A SEGUIR AS ORIENTAÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. NÃO HÁ COMO REALIZAR AS ATIVIDADES DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO, COMO PREGA O NOVO CPC, SÓ NOS FÓRUNS. SEM ESSAS PARCERIAS, SERIA DIFÍCIL ATENDER À NOVA ORDEM PROCESSUAL.

-Desembargador Gladyson Pontes

CEJUSCS

Também irão para cidades interioranas

Além das audiências de custódia, o Interior cearense ganha também Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. Graças a parcerias firmadas entre o TJCE e faculdades de direito, os Cejuscs alcançarão cada vez mais cidades de menor porte e fortalecerão a realização de acordos entre as partes, como prega o novo Código de Processo Civil (CPC) brasileiro, em vigor desde a segunda quinzena de março.

Convênios já foram assinados com cinco instituições de ensino superior. São elas: a Universidade Regional do Cariri (Urca, no Crato), o Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (Juazeiro do Norte), a Faculdade Paraíso do Ceará (Juazeiro do Norte), as Faculdades Inta (Sobral) e a Faculdade Luciano Feijão (Sobral).

A exemplo do que ocorre em Fortaleza, a ideia é aproveitar as estruturas dessas entidades para ampliar a capacidade de atuação dos fóruns na realização de acordos. Assim, a Justiça oferecerá mais pontos de atendimento dos Centros e haverá mais chances de causas serem solucionadas antes de virarem processos.

Desta forma, ganham as faculdades, ao oferecerem mais um serviço à comunidade e poderem capacitar seus funcionários e alunos de Direito, e ganha o Judiciário, ao fomentar a cultura de paz e, pelos acordos, tentar reduzir a quantidade de causas que anualmente ingressam num acervo já extenso.

Supervisor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) do TJCE, o desembargador Gladyson Pontes explica que caberá ao Tribunal fiscalizar e avaliar o funcionamento dessas extensões dos Centros. Outras parcerias devem ser firmadas em breve.

SAIBA MAIS

A Vara Única de Audiências de Custódia de Fortaleza conta com quatro juízes, sendo um titular e três auxiliares.

Marlúcia Bezerra também destaca que "o índice de audiência está relativamente bom. Nós temos uma média diária em torno de 30 presos em flagrantes. Mas chegamos a fazer 40 audiências por dia, de segunda a sexta-feira."

Em Fortaleza, a Polícia deve remeter o auto de prisão em flagrante ao juiz preferencialmente por meio eletrônico. Papel deve ser usado só em último caso.

Há mais de um ano, o TJCE incentiva a criação dos centros de conciliação em todo o Estado. Com isso, quer dar mais celeridade às causas e economizar recursos, ao evitar que uma demanda vire processo sendo solucionada num acordo.

Em quase todas as comarcas interioranas onde já existem, os Cejuscs funcionam na estrutura do próprio fórum, com servidores destacados para atuarem na área.

Na Capital, há a possibilidade de a Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE) firmar convênio com o TJCE para a instalação de um Cejusc. Duas reuniões para tratar do assunto já aconteceram.

O TJCE já recebeu representantes nacionais do CNJ que elogiaram o empenho dos juízes à frente dos projetos dos Cejuscs.

ASPAS

"A questão da segurança é mais ampla do que ações policiais ou penitenciárias. É também a gente saber tratar cada caso.

-Desembargadora Iracema Vale
Presidente do TJCE

"Até o final do ano, pretendemos colocar em todo o Estado.

-Desembargadora Francisca Adelineide Viana
Coordenadora do programa Audiência de Custódia no Ceará

"É preciso criar a mentalidade da mediação e da conciliação para evitar a litigiosidade. Isso vai possibilitar um melhor funcionamento do Judiciário.

-João Luís Fiúsa
Diretor da Faculdade Paraíso

"É uma formação, não apenas jurídica, mas socialmente importante. Vai trazer uma solução mais rápida dos conflitos e um empoderamento das pessoas de seus Direitos, deixando para o Judiciário apenas as questões mais complexas.

-Cecília Lôbo
Coordenadora do curso de Direito do Centro Universitário Leão Sampaio

"Nunca poderíamos abrir mão de participar de momentos como esse. Nossas instalações estão à disposição para dinamizar essa iniciativa que vai beneficiar toda a população

-Plácido Castelo
Representante da Urca

"O convênio vai beneficiar a instituição, o corpo docente e, especialmente, os alunos, que poderão ter uma nova visão sobre a resolução de conflitos.

-Michelle Alves Vasconcelos Ponte
Pró-diretora de Estágios das Faculdades Inta

"O convênio permite o cumprimento da nossa missão social enquanto instituição, contribuindo para a realização conciliações e mediações com eficiência e rapidez.

-Isabel Pontes
Diretora da Faculdade Luciano Feijão

NÚMEROS

55 HORAS
É o tempo de formação teórica em mediação/conciliação dos alunos/funcionários das faculdades que atuação nos Cejuscs.

60 HORAS
É o tempo de formação prática; são atuações supervisionadas pelo juiz coordenador do respectivo Centro.

VOCÊ SABIA?

Fora de Fortaleza, o primeiro Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania a funcionar teve sede no Crato, município da Região do Cariri cearense. Em junho, a estrutura completa dois anos de atuação.

Desde 2014, o órgão realizou cerca de 450 audiências. O índice de conciliações ultrapassa os 40%.

Existem hoje 98 portarias de criação de Cejuscs em comarcas do Interior.

LINHA DO TEMPO

JUNHO DE 2014
Cejusc do Crato começa a funcionar em parceria com a Universidade Regional do Cariri (Urca). O centro chamava-se Núcleo Permanente de Conciliação (Nupec) e analisava apenas processos da Vara única de Família e Sucessões.

MARÇO DE 2015
Nupec é transferido para o Fórum, onde tem instalações próprias e ganha mais autonomia. Assim, passa a trabalhar com processos das 1ª e 2ª Varas Cíveis.

JULHO DE 2015
Nome muda de Nupec para Cejusc já visando adaptação ao novo CPC.

70% MENOS TAXAS

Mais de mil famílias cearenses foram beneficiadas por uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Ceará, o Governo do Estado e a Prefeitura de Fortaleza. Um convênio entre esses três poderes regularizou a situação fundiária de 1.102 registros de imóvel de quem vive em propriedades construídas pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Coube ao Judiciário a redução de 70% das custas de cartórios. Prefeitura e Governo entraram com a isenção de tributos municipais e de taxas da Companhia de Habitação do Ceará (Cohab). A parceria dá continuidade ao programa "Papel da Casa", criado em 2014 e cujo alcance já é de 2.256 famílias só na Capital. A meta é entregar 22.877 títulos de propriedade de casas populares da Cohab.

Algumas famílias beneficiadas aguardavam há mais de 30 anos pela concessão do título. Para a presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, a iniciativa tem um cunho social significante.

> "É GRATIFICANTE CONTRIBUIR PARA ESTA CONQUISTA DE TANTAS FAMÍLIAS
>
> - Presidente Iracema Vale

Prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio lembra da importância do documento para transformar a posse em direito constituído. Sem a escritura, por exemplo, não seria possível passar a casa como herança aos filhos ou receber créditos imobiliários. "Cerca de 70% dos imóveis da Capital estão sem registro. Com essa parceria, estamos ampliando o benefício para as pessoas que tenham a posse da casa mas ainda não adquiriram a escritura", acrescentou o governador Camilo Santana.

Morando há 32 anos na mesma casa, dona Liduína Matos conhece bem esse sentimento. A aposentada não tinha o título da propriedade. "É um sonho realizado! Eu não esperava por isso. Mas agora, graças a Deus, a casa vai ser minha", comemorou.

> "É UM SONHO REALIZADO! EU NÃO ESPERAVA POR ISSO. MAS AGORA, GRAÇAS A DEUS, A CASA VAI SER MINHA.
>
> - Liduína Matos (Beneficiada)

Novembro em Favor da Vida

FORÇA-TAREFA DO JUDICIÁRIO PARA JULGAR CASOS DE ASSASSINATOS VAI AUMENTAR DE UMA SEMANA PARA UM MÊS INTEIRO. **PROCESSOS CUJAS VÍTIMAS SEJAM MULHERES SERÃO PRIORIZADOS**

Normalmente realizada em abril, a mobilização do Judiciário brasileiro para julgar o maior número de processos de crimes dolosos contra a vida este ano vai acontecer em novembro. Mais uma novidade: ao invés de durar apenas uma semana, a força-tarefa ocorrerá durante um mês inteiro.

A mudança foi aprovada por representantes de tribunais de Justiça de todo o Brasil na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). No Ceará, a gestora das metas da Enasp é a desembargadora Francisca Adelineide Viana. Ela explica que o Mês Nacional do Júri terá, além das sessões regulares de julgamento, uma pauta extra nos TJs para submeter a julgamento acusados de crimes dolosos contra a vida.

De acordo com Adelineide Viana, a ideia visa melhorar a organização entre juízes, promotores e defensores públicos, evitando a não realização de sessões do júri pela ausência de um desses agentes, pois em caso de eventual indisponibilidade haverá tempo hábil para a designação de um substituto.

A extensão do período de mobilização também poderá implicar em um maior número de casos julgados. A listagem de demandas apreciadas fica a critério das próprias varas onde os processos tramitam.

Além do aumento no período de julgamentos, os tribunais poderão criar uma comissão para auxiliar a realização dos júris e assegurar a resolução de eventuais problemas que surjam nas comarcas. O colegiado deve ser composto por representantes de todas as instituições envolvidas nos julgamentos, desde o transporte de presos até a realização da sessão em si.

Para o Mês Nacional do Júri de 2016, cada estado fará registro quantitativo e dará prioridade de julgamento aos processos que se enquadrem em grupos prioritários. Um dos grupos prioritários será o de processos sobre feminicídio (assassinato de mulher), homicídios resultantes de violência doméstica e familiar ou envolvendo menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

As demais prioridades serão os casos de assassinatos cometidos por policiais militares e civis – estejam eles ou não em exercício da profissão - e os que foram praticados dentro ou nas imediações de bares.

SAIBA MAIS

A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública foi lançada em fevereiro de 2010, por iniciativa conjunta entre o Conselho Nacional do Ministério Público, o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Justiça.

Com isso, pretende-se promover a articulação dos órgãos que compõem o sistema de Justiça e de Segurança Pública, reunindo-os para planejar e coordenar ações de combate à violência e traçar políticas nacionais.

Dicionário

CRIME DOLOSO:
Aquele cometido de propósito

Para o diálogo ser diferente

Um grupo de entidades passa a discutir como melhorar a Justiça. Porque é conversando que a gente chega em dias melhores

Sonho de muitos, o Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social do Judiciário cearense virou realidade. Em solenidade no Palácio da Justiça, em Fortaleza, o colegiado foi instalado em abril.

Desembargadora Nailde Pinheiro

"O FÓRUM É O DESEJO DE UM ESPAÇO LONGEVO QUE SE FORTALEÇA POR MEIO DA NOBRE MISSÃO DE APROXIMAR INSTITUIÇÕES E PESSOAS AO JUDICIÁRIO, NA BUSCA POR TORNÁ-LO CADA VEZ MELHOR EM SEU PROPÓSITO FINAL DE GARANTIR DIREITOS PARA REALIZAR A JUSTIÇA.

Presidente do Comitê Estratégico do Poder Judiciário, a magistrada defende que o órgão atue majoritariamente nos serviços e especificidades do Primeiro Grau, âmbito classificado por Nailde como "lugar do primeiro contato da sociedade com a Justiça, onde, reconheçamos, por vezes não oferecemos um serviço conforme nossa sociedade merece."

Coordenadora do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau, a desembargadora Lígia Andrade também enaltece a importância de reforçar a atuação do Fórum.

Desembargadora Lígia Andrade

É UMA MISSÃO TÃO GRANDIOSA E NOBRE, QUE PASSA A SER DESEJÁVEL QUE TRANSBORDE OS LIMITES DE UM PEQUENO COMITÊ E SE ESPALHE EM BUSCA DE ALIADOS E COLABORADORES NA TENTATIVA DE ATENDERMOS AO DESAFIO DE MELHORAR CADA VEZ MAIS O SERVIÇO.

O segundo encontro do Fórum acontece em 6 de maio, quando os membros do Fórum discutem o tema "Promover a celeridade, a produtividade e a efetividade da prestação jurisdicional."

SAIBA MAIS

1. O Fórum foi criado para promover encontros visando à melhoria das ações vinculadas à Politica Nacional de Prioridade do Primeiro Grau.

2. A ideia é gerar discussões que levem à formulação de propostas, estabelecimentos de parcerias e/ou convênios, produção de recomendações e planejamento de ações para aperfeiçoar os serviços da Justiça estadual.

MEMBROS DO FÓRUM

- Ministério Público Ceará
- DECON
- Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca)
- Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
- Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)
- Rede Nacional de Advogados Populares (Renap)

ATÉ 152 VIDAS SALVAS

MOBILIZAÇÃO DO HEMOCE NO FÓRUM DE FORTALEZA MOBILIZA 38 DOADORES DE SANGUE EM UM ÚNICO DIA.

A DOAÇÃO DE UMA PESSOA PODE SALVAR ATÉ **QUATRO PACIENTES.**

Uma parceria entre o Judiciário cearense e o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará (Hemoce) pode ter ajudado a salvar até 152 vidas de pacientes internados em hospitais. Durante um dia, o Fórum Clóvis Beviláqua, em Fortaleza, transformou-se em posto de coleta de doadores de sangue e medula óssea.

Como o sangue coletado de um doador pode beneficiar até quatro pessoas e 38 foi o número total de doações, até 152 pacientes podem ter recebido o material. A mobilização aconteceu na entrada principal do prédio, numa unidade móvel do Hemoce montada especialmente para isso.

Além dos 38 doadores de sangue, a campanha cadastrou ainda um doador de medula óssea. Segundo o Hemoce, o Ceará tem hoje 158 mil doadores de medula. Isso equivale a apenas 1,7% da população do estado, cotada em 8,4 milhões de pessoas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Coordenadora da Captação de Doadores do Hemoce, Nágela Lima ressalta que "as doações renovam diretamente a esperança de muitos pacientes internados". Segundo ela, ações como essa incentivam "o exercício da cidadania e a responsabilidade social para a formação de uma sociedade cada vez mais consciente de seu papel."

SAIBA MAIS

1 Ao contrário do que prega a crença popular, a doação de medula NÃO é retirada da coluna vertebral. O líquido é coletado em ossos da bacia. Ou seja: medula espinhal e medula óssea são duas coisas totalmente distintas.

2 Em alguns casos, existe a possibilidade de o paciente receber medula óssea coletada dele mesmo.

3 O Ceará recebeu recentemente autorização do Ministério da Saúde para realizar o transplante alogênico não-aparentado de medula óssea. Ele ocorre quando o paciente precisa da doação de medula de outra pessoa.

4 Se não for encontrado dentro da família um doador de medula compatível com o paciente, a probabilidade de se achar alguém compatível dentro do país é de um para 100 mil. Se for fora do país, essa proporção salta. Vai a um para um milhão.

MULTIMÍDIA

Para mais informações sobre doação de sangue e medula,

Link 1

Link 2

DISQUE SANGUE
0800.286.22.96

QUEM DOA PRA QUEM

- O- Doa para TODOS os tipos sanguíneos.
- B- Doa para B-, B+, AB- e AB+
- O+ Doa para A+, B+, AB+ e O+
- B+ Doa para B+ e AB+
- A- Doa para A-, A+, AB- e AB+
- AB- Doa para AB- e AB+
- A+ Doa para A+ e AB+
- AB+ Doa para AB+

PARA DOAR SANGUE É PRECISO

Estar bem de saúde

Ter mais de 50Kg

Ter entre 16 e 69 anos

Estar bem alimentado

Apresentar um documento com foto

PARA DOAR MEDULA É PRECISO

Não ter tido câncer

Apresentar um documento com foto

Ter entre 18 e 55 anos

VOCÊ SABIA?

25%
dos pacientes que precisam de doação de medula encontram o doador dentro da própria família.

24 Milhões
de pessoas são cadastradas no banco mundial de doadores de medula óssea.

3 Milhões
de pessoas são cadastradas como doadoras de medula óssea no Brasil.

158 Mil
pessoas são doadoras de medula óssea no Ceará.

ONDE DOAR NA CAPITAL

SEDE DO HEMOCE
Av. José Bastos, 3390
Rodolfo Teófilo
TELEFONE
(85) 3101.2296

INSTITUTO JOSÉ FROTA
Rua Barão do Rio Branco, 1816
Centro
TELEFONE
(85) 3101.5293

ONDE DOAR NO INTERIOR

CRATO
Rua Coronel Antônio Luís, 1111
Pimenta
TELEFONE
(88) 3102.1260/
3102.1261
EMAIL
crato@hemoce.ce.gov.br

JUAZEIRO DO NORTE
Rua Beata Maria de Araújo, 30
Romeirão
TELEFONE
(88) 3102.1169/
3102.1170
EMAIL
juazeirodonorte@hemoce.ce.gov.br

IGUATU
Rua Edilson de Melo Távora, s/n
Vila Centenário
TELEFONE
(88) 3581.9409
EMAIL
iguatu@hemoce.ce.gov.br

QUIXADÁ
Av. Francisco Almeida Pinheiro,
2340 - Planalto Universitário
TELEFONE
(88) 3445.1009/
99902.4306
EMAIL
quixada@hemoce.ce.gov.br

SOBRAL
Rua Jânio Quadros, s/n
Bairro Santa Casa
TELEFONE
(88) 3677.4624/4627
EMAIL
sobral@hemoce.ce.gov.br

SUGESTÃO CULTURAL

Mariana Lemos
Estagiária de Direito do gabinete da desembargadora Lira Ramos

O Quarto de Jack

Mãe e filho vivem isolados em um pequeno quarto e não têm acesso ao mundo exterior nem contato com outras pessoas. Na verdade, eles vivem em cativeiro e, conforme o tempo passa, o filho fica curioso para saber o que acontece fora no quarto. "Pra mim, o filme traz uma boa reflexão sobre como o amor pode prevalecer, mesmo em condições adversas, infelizes e precárias", destaca Mariana.

André Anderson
Funcionário da Corregedoria Geral da Justiça do Ceará

Praça da Gentilândia

A praça está no bairro Benfica, em Fortaleza. O nome vem do sobrenome "Gentil", de uma família que durante muito tempo foi dona das terras onde hoje é o bairro e periodicamente ocorre uma feirinha de artesanato. André destaca que o local "possui uma academia pública ao ar livre, ótima para exercícios físicos no início da manhã ou finalzinho da tarde, além de ser bem arborizada". Para ele, "é um lugar para uma boa conversa com os amigos."

Patrícia Virgínia Davis
Diretora da Divisão de Compras do TJCE

Coletânea Melhores Poemas Cora Coralina

O livro traz diversos poemas da autora goiana Cora Coralina que foram selecionados pela professora Darcy França Denófrio. O exemplar é divido pelos temas: 'Nos reinos de Goiás', 'Canto de Aninha', 'Criança no meu tempo', 'Paraíso perdido', 'Entre pedras e flores', 'Canto solidário' e 'Celebrações'. "São poesias que falam do cotidiano, tratam da vida comum de uma forma mais leve", adianta Patrícia.

Alexandre Machado
Funcionário da Assessoria de Cerimonial do TJCE

Histórias Cruzadas

O filme se passa nos anos de 1960 e conta a história de Skeeter, uma garota determinada a ser escritora. Ele entrevista mulheres negras que deixam suas vidas de lado para cuidar dos filhos da elite branca. Ela desagrada a sociedade já na primeira entrevista, mas continua trabalhando. "Gosto muito de cinema, principalmente de filmes que falam de histórias reais", destaca Alexandre.

ADEUS, PAPEL!

Varas do Júri de Fortaleza ganham em agilidade com a digitalização de processos. Consultar os autos agora ficou muito mais fácil.

Foram cinco meses de trabalho intenso até todos os 2.826 processos de papel ainda existentes nas cinco Varas do Júri de Fortaleza virarem arquivos digitais. Mas aconteceu. De 16 de novembro do ano passado até o último dia 11 de abril, o Núcleo de Digitalização do 1º Grau do Fórum Clóvis Beviláqua concentrou esforços nessa tarefa.

E o último dos processos a ser digitalizado foi emblemático. Nada menos que os autos que deram origem à Lei Maria da Penha. Eles compunham o acervo da 1ª Vara do Júri. Em agosto próximo, a lei completa uma década em vigor. Em março deste ano, os autos foram disponibilizados à consulta pública pela presidente do TJCE, desembargadora Iracema Vale, e pela então presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do tribunal, desembargadora Sérgia Miranda.

Com todos os processos das Varas do Júri digitalizados, a maior comarca do Ceará passa a ser mais célere. Agora, o acesso aos autos independe de deslocamento ao fórum. "Além disso, a conclusão da digitalização das Varas do Júri deixa estas unidades preparadas para ações futuras relacionadas à instalação de Secretarias Judiciárias Únicas de Primeiro Grau", explica o diretor do Fórum Clóvis Beviláqua, juiz José Maria dos Santos Sales.

De acordo com o coordenador do Núcleo, Wallikson Girio, a etapa inicial da digitalização é a higienização, quando se lida com os autos físicos. Nesta fase, é feito o desmonte do processo (com a retirada de grampos e colagens de pequenos documentos) e a verificação do estado e da numeração das páginas.

Ocorre em seguida a digitalização propriamente dita. Depois vem a conferência da integridade das imagens, indexação (quando são nomeadas eletronicamente as peças), assinatura digital e, finalmente, a importação dos processos para o Sistema de Automação da Justiça (SAJ).

SAIBA MAIS

A digitalização dos processos foi feita nas próprias Varas do Júri em dias úteis, das 7h30min às 18 horas. A equipe foi composta por quatro servidores do Núcleo de Digitalização do 1º Grau do Fórum Clóvis Beviláqua, assessorados por um colaborador de cada vara, responsável por assinar digitalmente as imagens.

Síntese

Edson Gomes
Jornalista
edsongomes@tjce.jus.br

DIREITO À PATERNIDADE

A primeira visita do projeto Pai Presente em escola de Fortaleza ocorrerá no dia 21 de maio. Mais seis escolas municipais serão visitadas até setembro. O objetivo é regularizar a situação de alunos sem o nome do pai na certidão de nascimento e, com isso, garantir o direito à paternidade. Na capital, cerca de 11 mil crianças estão matriculadas sem a identificação paterna. No Ceará, o projeto é coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça.

JUSTIÇA VAI AO CÁRCERE

Acontece entre os dias 10 e 13 de maio, das 8h às 17h, no IPPOO II, o mutirão "Ação Concentrada: Justiça no Cárcere". Será verificado o funcionamento do estabelecimento e analisada a concessão de benefícios como progressão de regime, trabalho externo, indulto e prisão domiciliar. A iniciativa tem a participação dos titulares da 2ª e 3ª Varas de Execuções Penais de Fortaleza, juízes Luciana Teixeira e Cézar Belmino, além de representantes da OAB, Ministério Público, Defensoria Pública e Secretaria da Justiça.

PRÊMIO MELHORES PRÁTICAS

A Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE divulgou o resultado da eleição do Prêmio Melhores Práticas–2015, cujo objetivo é valorizar trabalhos que contribuam para a melhoria dos serviços prestados. A prática vencedora foi "Execução eficiente de medidas socioeducativas em meio aberto", do juiz Augusto Cézar, da 2ª Vara Cível de Maracanaú. No total, dez trabalhos concorreram à eleição, feita por magistrados e servidores na intranet, de 14 a 27 de abril. Para conhecer todas práticas, acesse: **Canditatos ao Prêmio Melhores Práticas.**

PROMOÇÃO DIA DAS MÃES

O TJCE oferece aos servidores, terceirizados, estagiários e familiares um pacote especial para o Beack Park, no dia 21 de maio. Um ingresso e um lanche custam R$ 85,90 por pessoa. Se preferir um almoço, sai por R$ 93,90. Os interessados têm até dia 12 para efetivar o pagamento em espécie no Cerimonial do Tribunal. Se optar por depósito, a agência é 2917-3; conta corrente 27005-9, em nome de Neuma Furtado - Banco do Brasil. Mais informações: **3207.7044/7046/7048/7052**

"Eu não penso sobre toda a miséria, mas sobre a beleza que ainda permanece".
- Anne Frank

Fortaleça o nosso canal de comunicação

Acesse, siga, curta e compartilhe

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA